



**VII CONVENÇÃO FEDERATIVA DE
CASTELO BRANCO DA
JUVENTUDE SOCIALISTA**

MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA

JUNTOS POR UM DISTRITO

Castelo Branco, 14 de Julho de 2007

**Primeiro Subscritor – Artur Filipe Schouten Patuleia
Militante n.º 76182**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
UMA FEDERAÇÃO QUE INTERVÉM.....	4
Políticas de Juventude.....	4
Emprego.....	4
Habitação.....	5
Associativismo Juvenil.....	6
Educação.....	7
Ensino Secundário.....	7
Ensino Superior.....	12
Ambiente.....	15
Ordenamento do Território.....	16
Interioridade e Desenvolvimento Regional.....	17
Serviços Públicos e Transportes.....	18
Desenvolvimento Regional e Regionalização.....	19
Europa e Relações Transfronteiriças.....	20
Políticas Sociais.....	21
Igualdade.....	21
Igualdade de Géneros.....	22
Integração.....	22
Minorias Sexuais (LGBT).....	23
Combate ao HIV/SIDA.....	24
Prevenção da Toxicodependência.....	24
Legalização das Drogas Leves.....	24
UMA FEDERAÇÃO ACTIVA.....	26
UMA FEDERAÇÃO QUE APOSTA NA FORMAÇÃO.....	28

INTRODUÇÃO

A VII Convenção Distrital da Federação de Castelo Branco da Juventude Socialista, decorre num período importante da governação socialista do país. A série de reformas preconizadas e o debate de temas transversais à sociedade são factos que a Juventude Socialista (JS) deverá acompanhar. Historicamente a Juventude Socialista tem tradição em apresentar propostas sobre políticas estruturantes para a sociedade, denotando uma vontade séria e responsável de alterar desigualdades e injustiças. No passado recente a Juventude Socialista obteve uma das mais importantes vitórias da sua história com a aprovação da nova lei da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG). Tal como sucedeu com a proposta de lei da IVG, é importante que a Juventude Socialista estabeleça objectivos de actuação política que vão de encontro aos reais problemas e anseios da sociedade, e em particular dos jovens. Vivemos actualmente numa sociedade em constante evolução, e que vem assistindo ao surgimento de novas preocupações. Neste âmbito, a Juventude Socialista dever-se-á apresentar como sendo uma organização capaz de responder aos novos desafios impostos pela sociedade. As áreas fulcrais de intervenção da Juventude Socialista dever-se-ão marcar por uma clara afirmação de que ultrapassar estas problemáticas só será possível com a introdução de políticas que valorizam a pessoa no sentido humano, e não como sendo um jogador num vasto tabuleiro de interesses de grupos económicos. As intervenções da Juventude Socialista deverão ter em conta o factor social em conjunto com o factor económico, sem nunca se desprezar um pelo outro. É esta a forma como deveremos encarar os desafios do futuro de uma forma positiva, nunca esquecendo a nossa responsabilidade em pugnar por políticas sustentadas do ponto de vista ambiental que garantam que as gerações futuras possam viver num mundo melhor.

A intervenção da Federação Distrital de Castelo Branco deverá ser marcada pela base ideológica que nos une enquanto membros de uma família política, que nunca esqueceu as suas bases sociais e de apoio a um estado regulador, garante da abolição de desigualdades sociais. A evolução do pensamento socialista, trabalhista e social-democrata ao longo da segunda metade do século XX, fez surgir diversas interpretações sobre a intervenção destas organizações políticas na sociedade. A criação do Estado-Providência por toda a Europa é um legado que as organizações políticas socialistas se deverão orgulhar. A nova realidade sócio-económica europeia, com elevadas taxas de

desemprego, com um envelhecimento da Europa, e a diminuição da carga contributiva, tem posto em causa o Estado-Previdência. Esta nova realidade, deverá ser encarada como um desafio aos diversos partidos políticos de matriz socialista na Europa. A rendição a meros princípios neo-liberais com o esvaziamento do papel do Estado na sociedade já provou apenas resultar no aumento das desigualdades sociais, afastando o acesso à educação, saúde, e segurança social aos mais desfavorecidos. Assim, enquanto Juventude Socialista cumpre-nos apresentar a melhor forma de combater a tentativa fácil de contornar a nova realidade sócio-económica com políticas neo-liberais. A apresentação de políticas que providenciem um Estado atento e garante da equidade social, e que simultaneamente incentivem a economia na criação de emprego e numa redistribuição justa da riqueza gerada, deverão ser encarados como desafios futuros à família socialista. Em Portugal este desafio é nitidamente evidente. Com uma economia enfraquecida, com um crescimento lento, e com uma estrutura produtiva de relativa expressão no panorama europeu, coloca-se um importante desafio ao Partido Socialista na acção de governar o país. A Juventude Socialista dever-se-á afirmar como uma verdadeira academia de formação e debate político, apresentando as suas propostas para áreas fulcrais da nossa sociedade. Deste modo, torna-se preponderante que se intervenha junto dos agentes da nossa sociedade, e no contacto directo com a população com o objectivo de sentir as problemáticas dos diferentes sectores da nossa sociedade e encarar as soluções apresentadas como contributos válidos na nossa acção política.

A especificidade da intervenção da Federação Distrital de Castelo Branco passa pelo conhecimento dos problemas subjacentes à interioridade. Verifica-se actualmente uma clara divisão do país entre litoral e interior, em áreas tão díspares como investimento do Estado, emprego, ou acesso a cuidados de saúde. A falta de políticas de discriminação positiva das regiões do Interior ao longo dos anos tem ditado o aumento da desertificação, evoluindo assim a migração de pessoas do interior para o litoral. Este assunto deverá ser abordado com especial determinação no próximo mandato da Federação Distrital de Castelo Branco. A defesa de um Estado com competências descentralizadas é um objectivo a que a Juventude Socialista deverá corresponder, procurando lançar um debate público sobre esta matéria. O princípio constitucionalmente consagrado da regionalização deverá ser implementado, dotando as regiões de um franco poder de decisão sobre matérias nas quais a proximidade junto dos cidadãos permite obter um Estado muito mais eficiente.

A cooperação entre a Federação Distrital de Castelo Branco e as Juventudes Socialistas de Extremadura deverá ser um objectivo a cumprir. A nova realidade europeia tem abolido muito mais que as simples fronteiras físicas. Hoje predominam por toda a Europa exemplos de cooperações transfronteiriças bem sucedidas, e de regiões fronteiriças que se unem nos mais diversos âmbitos. A raia tem sido um exemplo de cooperação entre regiões fronteiriças aos mais diversos níveis. Assim, ao nível político e, tendo em conta uma base mútua de entendimento ao nível da organização de jovens socialistas europeus (ECOSY), dever-se-á dar início à cooperação entre estas duas organizações a nível regional, seja na tomada de posições políticas, na intervenção junto da sociedade ou na organização de actividades em conjunto.

Os temas anteriormente referidos marcarão certamente o próximo mandato na Federação Distrital de Castelo Branco. Indo de encontro à história da Juventude Socialista, estaremos determinados em dar continuidade à discussão de temas fundamentais que constituem a base da nossa sociedade e que dizem directamente respeito aos jovens, como seja a educação, acesso a cuidados de saúde e políticas de juventude. A Federação Distrital de Castelo Branco será igualmente uma estrutura atenta às tentativas de saneamento da história recente de Portugal. Estaremos na vanguarda da defesa dos valores da liberdade, igualdade e solidariedade conseguidos com a revolução do 25 de Abril de 1974. Entendemos o papel que a Juventude Socialista desempenha na sensibilização dos jovens para a importância deste acontecimento para Portugal e para a construção da sociedade livre e evoluída que hoje temos. A partir dos objectivos traçados nesta introdução podemos afirmar com toda a convicção que é nosso objectivo que a Federação Distrital de Castelo Branco seja uma organização de referência no plano regional na intervenção junto da sociedade e na defesa dos interesses e anseios dos jovens do distrito.

UMA FEDERAÇÃO QUE INTERVÉM

POLÍTICAS DE JUVENTUDE

Emprego

Na vida de qualquer jovem, o momento que marca a sua emancipação é decisivamente a sua entrada no mundo do trabalho. No distrito de Castelo Branco a disponibilização de emprego para jovens constitui um importante desafio, sem dúvida crucial para o desenvolvimento desta região e para a inversão da tendência de desertificação que se tem verificado.

Assiste-se no plano nacional e europeu à discussão de um conjunto de medidas que visam a revisão do código laboral. A Juventude Socialista não deverá recluir este debate, participando activamente. Deste modo, a Juventude Socialista será um interveniente fundamental na defesa dos direitos dos jovens trabalhadores, intervindo por um sistema social que garanta o apoio a esta classe. A implementação de sistemas flexíveis de emprego que signifiquem uma menor segurança dos postos de trabalho terá uma forte oposição por parte da Juventude Socialista, caso não sejam optimizadas as garantias de protecção social do Estado. A realidade do sistema de protecção social vigente nos países do norte da Europa deverá num espírito social-democrata e de valorização do sistema de Estado Previdente ser tido em conta numa revisão do pacote laboral, assumindo-se na sua elaboração a adaptação à sociedade portuguesa e à forma de administração do Estado português.

O desemprego jovem tem vindo a aumentar nos últimos anos, e as próprias condições a que se sujeitam os jovens trabalhadores são em muitos casos de níveis bastante baixos. Tem-se assistido que muitos jovens se vêem perante a necessidade de aceitar condições de trabalho que implicam a contratação a “recibos verdes”, contratos de curto prazo. A Juventude Socialista deverá rejeitar esta realidade, que tanta insegurança perante o futuro coloca aos jovens.

A aposta em estágios profissionais que permitam efectuar a transição para a vida activa, a formação de jovens com percursos escolares incompletos, e incentivos à iniciativa própria deverá ser assumida como uma prioridade. Por outro lado, dever-se-ão

constituir parcerias público-privadas que permitam apoiar diversos projectos empresariais de jovens recém-licenciados, numa perspectiva de permitir a sua aplicabilidade e de incentivo ao empreendedorismo.

Habitação

A ambição de um jovem decorrente do seu processo de emancipação é ter um espaço próprio onde viver. A especulação imobiliária dos últimos anos tem ditado que os preços praticados na aquisição de habitação constituem um importante obstáculo nesta vontade dos jovens. Actualmente, os centros das cidades do distrito de Castelo Branco têm vindo a perder população jovem devido a factores relacionados com o preço das habitações e à própria falta de qualidade dos imóveis. Os poderes locais deverão assumir neste âmbito um papel preponderante no incentivo à habitação jovem e ao repovoamento por parte de jovens dos centros das cidades. Assim dever-se-á investir em imóveis destes centros, optando-se por uma importante valorização arquitectónica e por elevados níveis de conforto, disponibilizando-se posteriormente estas habitações para jovens a custos controlados.

As autarquias têm também uma responsabilidade fulcral ao nível da disponibilização de informação relativa ao mercado imobiliário numa determinada zona, providenciando-se aos jovens uma bolsa de habitação segundo diferentes critérios, tais como, possibilidades económicas, localização e tipo de habitação.

O incentivo ao arrendamento para jovens conheceu com o Governo PS um importante impulso com o lançamento do programa “Porta 65”. Sendo o arrendamento uma facilidade que em Portugal não se encontra desenvolvida na sua totalidade, verifica-se que a procura ronda cinco vezes os valores da oferta, sendo os imóveis de preço elevado e muitas de qualidade insuficiente. Assim, e em conjugação com a nova lei do arrendamento, o programa “Porta 65” permitirá dotar os jovens de um conjunto de incentivos para o arrendamento da habitação e deste modo, à sua emancipação.

Associativismo Juvenil

O associativismo, enquanto meio de participação cívica dos jovens deverá ter por parte da Juventude Socialista um acompanhamento activo. No caso concreto do associativismo juvenil verifica-se que actualmente esta área se encontra em desenvolvimento no distrito com a criação de novas associações juvenis e com a formação da Federação de Associações Juvenis.

As Associações Juvenis são organizações fundamentais para a percepção da vontade dos jovens assim como dos seus problemas e anseios. O contacto directo que têm com as populações no geral e com os jovens em concreto permite que sejam agentes fundamentais na organização de actividades e discussão de temas específicos. As associações de estudantes, enquanto forma de associativismo juvenil têm uma intervenção especialmente dirigida para os intervenientes no processo educativo, seja este do ensino secundário ou do ensino superior.

A Juventude Socialista deverá ter uma posição positiva relativamente às associações juvenis, não procurando que a sua intervenção seja de contornos instrumentalizadores. A Juventude Socialista deverá encarar o associativismo como uma forma de se inteirar das necessidades e problemáticas dos jovens, adaptando a sua intervenção à realidade que lhe é conferida por esta faixa da população. Aos militantes da Juventude Socialista que participam em associações juvenis dever-se-á introduzir um acompanhamento activo à sua actividade, procurando introduzir formas de formação de modo a otimizar a sua actividade.

A nova lei do associativismo juvenil introduziu diversas práticas que permitiu tornar mais rígida a gestão das associações juvenis. Por outro lado, a introdução desta legislação foi acompanhado por um reforço dos apoios a diversos programas que na era do Governo PSD/PP viviam com um constante problema de sub-orçamentação, que se traduzia na prática num esvaziamento destes apoios. A Juventude Socialista considera que as associações juvenis deverão merecer por parte das entidades públicas competentes, como seja o Instituto Português da Juventude e a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, os apoios necessários ao seu funcionamento devendo estas promover formas de comunicação e intercâmbio entre as diversas associações, numa perspectiva de troca de conhecimento, actividades e experiências.

EDUCAÇÃO

Ensino Secundário

"Só aqueles que sabem são livres."

Fonte: Entrevista para os jovens do Bairro Nelson Mandela de Cartagena de Indias, Colombia, durante o Festival Hay que teve lugar nesta cidade em Janeiro de 2006.

A Juventude Socialista é uma organização directamente empenhada no progresso social e humano. Nesse sentido, o indivíduo e o cidadão são seu objecto programático, enquanto plataforma de formação política e cívica. Porém, também indirectamente a JS contribui para o aperfeiçoamento da educação pública portuguesa, através da crítica construtiva e da reflexão doutrinária, em diálogo e colaboração com as associações de estudantes, com as de docentes, com as de pais e com as instituições do Ministério da Educação.

A JS pretende envolver a sociedade e preocupar a opinião pública com a qualificação da futura força de trabalho, mas sobretudo com a integridade dos futuros cidadãos, para o exercício da liberdade nos princípios da ética republicana.

Democratização da escola

Cimentar a democracia é inequivocamente fortalecer os ideais que a sustentam. Para tal, os tradicionais valores da educação republicana, da instrução pública democrática, têm que ser cultivados. Não numa perspectiva conservadora, que publicita valores de uma moral antiga, mas de acordo com uma vontade progressista de reformar a sociedade, de acordo com ideais modernos, por um socialismo pleno e democrático.

Nas palavras de Paulo Freire, «Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, a sociedade não muda.» E segundo o notável filósofo basco, Fernando Savater, os maiores perigos para as sociedades democráticas actuais, são a mortal e crescente, influência do populismo e da ignorância. Do que se retira que, apesar de a boa educação ser cara, a má educação é muito mais cara!

A pregação de doutrinas políticas, sociais ou religiosas, feita pelos mestres à mocidade, é muitas vezes contraproducente; a melhor mocidade, a de espírito mais vivo, tem tendência a opor-se ao que lhe pregam os seus mestres; saíram muitos ateus do colégio religioso de Campolide; nas escolas da Monarquia surgiu a mocidade republicana; das escolas da República não deixam de ir saindo, agora, muitos jovens monárquicos. Que significa tudo isto? Significa que o que importa, neste caso, não é pregar a Democracia dentro das aulas da escola pública: o que importa, sobretudo, é fazer da própria escola, do conjunto dos estudantes, uma sociedade democrática.

Democratizar a escola é, além disso, desvanecer o mais possível a velha distinção das classes liberais e das classes mecânicas, obrigando os futuros cidadãos, a qualquer classe que eles pertençam, ao trabalho manual na escola; dando carácter e base científica aos trabalhos mecânicos; colocando nas mesmas escolas, em comunidade de trabalho, os filhos do povo e os da burguesia.

Um ensino socialista

O projecto socialista moderno, só o é realmente, se nele contiver o ónus de esbater a desigualdade social na escola.

Deste modo, e admitindo a impossibilidade de uma sociedade onde prospere a igualdade absoluta, podemos, realisticamente, confiar na oportunidade de construir uma sociedade fundada no mérito, que promova a igualdade social de uma sociedade sem classes, fazendo dos estudantes irmãos igualmente amados, iguais em direitos e oportunidades!

Não podendo ignorar as exigências do actual mundo do mercado do trabalho, tal como é, ao ensino exige-se progressiva competitividade e eficácia.

Contudo, é sobretudo para a realidade ontológica e subjectiva do indivíduo que o ensino se deve direccionar, dado que isso é fundamental, não para a produtividade económica, mas para a projecção intelectual, para a imaginação e criatividade de que estão dependentes todas as artes, todo o progresso e, na verdade, o cerne do ente humano.

Para clarificar este conceito, é bom de ver que, um ensino socialista é um ensino moldado por políticas socialistas, e não um ensino para fazer dos aprendentes, socialistas.

Assim, a aplicação dos ideais socialistas ao ensino impõe a criação de eficazes mecanismos de inserção no contexto escolar, de igualdade de condições e de oportunidades dos alunos.

As razões económicas são muitas vezes, causa de abandono e insucesso escolar, tornando-se fundamental criar mecanismos que possibilitem combater a pobreza e deficientes condições de estudo, em particular antes do fim da escolaridade obrigatória.

A sensibilidade perante realidade sócio-económica da comunidade em que as escolas se inserem é indispensável para responder com úteis medidas de apoio aos problemas educacionais que nelas se verificam.

Um ensino laico

O facto de o Estado Republicano e Laico ter como objectivo a promoção da justiça social implica o dever de proporcionar a todos os cidadãos, de forma igualitária – e, portanto, confessionalmente neutra, – os serviços públicos essenciais de Educação/Instrução, de Justiça, de Saúde, de Segurança Social, etc., sem prejuízo do direito de estes poderem optar pelo recurso a serviços privados – e eventualmente confessionais – que, obviamente, pela sua natureza privada, não deverão beneficiar de financiamento público.

Desta forma, a Juventude Socialista afirma-se defensora da aplicação da legalidade democrática, especificamente da Lei da Liberdade Religiosa, bem como do princípio constitucional da separação do Estado e Igreja, que se pode ler nos artigos 41º e 43º da CRP, com preponderância dos números 2 e 3 do citado artigo 43º: «Liberdade de aprender e ensinar – 2. O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas. 3. O ensino público não será confessional» Assim, por exemplo, a educação moral e religiosa é ilícita. Deste modo, os crucifixos ou demais símbolos religiosos e as cerimónias religiosas não têm lugar na escola, de acordo com princípio constitucional de laicidade do estado. À escola cabe ensinar a ciência e não difundir a fé, cultivar o conhecimento e não celebrar a crença, estimular a investigação e não exercer o catecismo, suscitar o debate e não impor a convicção, favorecer a crítica e não praticar a censura, induzir a criatividade e não estabelecer o dogma.

A crença religiosa tem espaços próprios para ser ministrada. Uma coisa é falar da história das religiões na escola, por exemplo, outra, bem diferente, é educar para uma crença através da catequese no espaço escolar, o que é inadmissível. É habitual confundir-se laicidade com posições anti-religiosas ou ateias. O que está subjacente à ideia de laicidade é, no fundo, um contrato social. É garantir que a questão religiosa não divida os indivíduos e que o espaço público não seja apropriado por interesses próprios.

No caso da escola, trata-se de assegurar que ela seja um espaço para todos onde as pessoas aprendam a conviver com as diferenças, porque é precisamente a laicidade que vai permitir o exercício da diferença.

O Estado não deve procurar definir quais são as “boas” e as “más” religiões, e garantir que o espaço público não seja apropriado, em permanência e em exclusividade, por qualquer agrupamento, seja ele religioso, filosófico ou ideológico.

Um ensino moderno

Há que saudar os mecanismos desenvolvidos para incentivar a conclusão do 12º ano de escolaridade. Sendo, porém, que o ensino, em particular o secundário, não é absolutamente gratuito e que não é obrigatório. No entanto, é urgente, que se faça desta última frase, uma frase afirmativa!

Os homens humanizam-se através da educação, pois é por ela que partilham um dado património inteligível, em função do qual todo o mundo se problematiza e toda a identidade paradigmaticamente se propõe.

Ora, sendo que a tarefa inicial da socialização cabe ao professor primário, deve este ter qualificações muito exigentes, sendo crucial dignificar os professores primários no seu papel e condição. Para que o provérbio popular espanhol não seja uma realidade – *passar mais fome que um professor primário*.

A escola deve ser um espaço aberto à sociedade, de modo a facilitar o acesso a mais formação, para pessoas de todas as idades e tratadas de acordo com o princípio constitucional da igualdade.

A escola quer-se gratuita e com igualdade de oportunidades para todos. Para isso, (por essa razão) a escola tem que ser inclusiva, ou seja, uma escola verdadeiramente para

todos, – a escola não pode oferecer apenas uma resposta educativa, – a via académica o chamado “ensino regular”. Esta, deverá proporcionar diversas ofertas educativas.

Para além do prosseguimento de estudos, a escola, deverá hoje estar vocacionada para oferecer cursos de dupla certificação, que permitam a escolarização, mas também a qualificação de todos os portugueses.

Assim, uma das respostas do PS quanto à escola/educação é o programa Novas Oportunidades, lançado pelo governo Sócrates, em Fevereiro de 2006, trata-se de uma das mais importantes orientações educativas do governo PS, pois destina-se a qualificar não só os jovens mas também os adultos portugueses permitindo-lhes não só concluir a escolaridade obrigatória de 9 anos, mas também obter a sua qualificação profissional. Embora a escolaridade básica seja a conclusão do 9º ano, a referencia para todos os cidadãos portugueses é concluir o 12º ano, e se possível com uma qualificação profissional.

Dados animadores

A violência contra professores e profissionais de saúde vai ser crime de investigação prioritária na próxima versão da proposta de lei da política criminal no período de 2007/2009.

Muito embora, comparativamente, Portugal esteja muito atrasado no seu sistema educativo em relação aos bons exemplos europeus, de facto, só a seguinte máxima pode justificar o pessimismo nesta área, – "Em matéria de educação nunca fiando, as críticas são sempre poucas" - porque em todos os campos da educação portuguesa há resultados muito positivos que deviam ser mais divulgados: como seja os dados do abandono escolar, da violência escolar, dos dados de sucesso profissional e dos números das pessoas que voltam a procurar formação.

É precisamente o fortalecimento dos cursos profissionais, e a introdução do programa Novas Oportunidades que têm permitido uma forte aposta na formação da população activa portuguesa. Tendo em conta a realidade actual, segundo a qual, uma aposta apenas nos salários mais reduzidos já demonstrou não ser uma vantagem competitiva, dever-se-á investir decisivamente na formação. Assim, a Juventude Socialista considera que as políticas do Governo PS nesta área se encontram no rumo certo,

colmatando-se uma importante falha no presente, salvaguardando-se simultaneamente o futuro.

Educar é necessariamente contribuir para o que serão as gerações futuras, formando sociedades e transmitindo novos valores, ideias e soluções para problemas económicos políticos e sócio culturais.

As metodologias utilizadas actualmente ao nível do ensino devem ser reformuladas, por forma incentivar a reflexão, a auto-descoberta, a discussão e o sentido crítico. Ao invés do tradicional método expositivo, propomos o recurso a métodos mais activos de aprendizagem, como sejam a realização de fóruns de discussão, a realização de trabalhos em grupo em contexto de aula, ou a apresentação oral de trabalhos. Para além do desenvolvimento das competências já referidas, estamos a fomentar outras competências, igualmente importantes, como a argumentação ou as técnicas de apresentação.

*«É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade.»
Immanuel Kant*

Ensino Superior

A Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista tem uma tradição de intervenção e discussão na área do Ensino Superior. No passado recente organizaram-se actividades como seja um Encontro Nacional de Estudantes Socialistas e o primeiro encontro da Organização Nacional de Estudantes Socialistas do Ensino Superior. Ambas as actividades tiveram um importante sucesso e permitiram definir posições oficiais da estrutura da Juventude Socialista sobre diversos temas relacionados com o Ensino Superior.

A intervenção junto dos estudantes do Ensino Superior será uma prioridade. Nesta perspectiva, e em consonância com as respectivas concelhias, serão dinamizados Núcleos de Estudantes Socialistas junto da Universidade da Beira Interior e do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Estes núcleos serão fundamentais para a divulgação das posições da Juventude Socialista junto das populações estudantis.

O acesso ao Ensino Superior deverá ser universal, não devendo haver qualquer jovem que seja afastado da sua frequência por constrangimentos económicos. O Estado deverá assumir o Ensino Superior não como uma despesa mas como um verdadeiro

investimento na qualificação da população e assim um melhoramento significativo dos índices de desenvolvimento.

Actualmente as universidades vivem com uma clara sub-orçamentação, que veio acompanhada da necessidade de as mesmas efectuarem o desconto para a Caixa Geral de Aposentações dos seus funcionários, o que antes era efectuado directamente pelo Estado. É verdade que a especificidade do Ensino Superior lhe permite ser um agente angariador de receitas próprias, no entanto, também se deve compreender que a fonte da inovação tecnológica e de pesquisa em Portugal se concentra nas universidades, e que com a orçamentação actual será difícil cumprir a evolução tecnológica pretendida. O financiamento do Ensino Superior deverá estar claramente do lado do Estado, entendendo este financiamento como uma forma de investir no futuro do nosso país. A fórmula de financiamento deverá claramente beneficiar as licenciaturas fundamentais para o país. A rede de Acção Social deverá por um lado ser alargada de modo a permitir que insuficiências económicas não ditem o afastamento de um estudante do Ensino Superior, e por outro lado, deverá ser acompanhada de instrumentos rígidos de fiscalização que evite a atribuição de bolsas fraudulentas. O Estado deverá apoiar os custos inerentes ao funcionamento de residências e cantinas, potenciando também que em instituições com clara insuficiência nesta matéria se construam novas facilidades. O desporto universitário também deverá ter um apoio acrescido por parte do Estado, dado que, hoje este encargo é suportado integralmente pelos Serviços de Acção Social e pelas Associações de Estudantes.

A Autonomia Universitária deverá ser apoiada intransigentemente. A reformulação da autonomia universitária, que se prevê para breve, deverá prever o aperfeiçoamento da gestão democrática das escolas, não devendo os alunos e funcionários perder influência nos órgãos de gestão. Também é importante consagrar os papéis distintos que o sistema universitário e politécnico têm no ensino superior, na sua globalidade.

A reformulação do sistema de avaliação do Ensino Superior foi uma das prioridades deste Governo. A criação da Agência de Acreditação, que tem o objectivo de avaliar as licenciaturas e de acreditar as mesmas, é de louvar desde que a mesma implique um melhoramento dos procedimentos de avaliação das licenciatura e que aja junto das instituições para o cumprimento das recomendações. É urgente que os cursos actualmente existentes que não têm o mínimo de qualidade ou cuja existência só

contribui para o aumento do desemprego jovem, sejam identificados por esta agência e que esta tenha os poderes de na pior das situações, proceder ao seu encerramento. O financiamento desta agência deverá ser imputado ao Estado, não devendo ser as instituições a contribuir para o mesmo, sob pena de se criar um conflito de interesses.

A implementação do Processo de Bolonha tem sido alvo de um intenso debate no interior das instituições universitárias. É indiscutível a importância que a implementação do mesmo tem no incremento da mobilidade estudantil na Europa, e na criação de um espaço europeu de Ensino Superior, fundamental para o cumprimento da Agenda de Lisboa. O financiamento do Ensino Superior após a implementação do Processo de Bolonha deverá manter-se nos moldes actuais para os mestrados cuja frequência é fundamental para o desempenho de uma profissão. A implementação do Processo de Bolonha não tem sido, no entanto, o melhor sucedido. A reformulação de cursos incorrectamente efectuada, mantendo praticamente a estrutura antiga e a atribuição de créditos ECTS introduzindo meramente um factor multiplicativo, são exemplos de uma reestruturação do Ensino Superior que poderia ter sido efectuada de melhor forma. Por outro lado, o registo das novas licenciaturas e dos novos mestrados tem se caracterizado pela discriminação negativa das instituições de Ensino Superior da região, dado que para mesmas solicitações de registo de cursos, as universidades clássicas têm sido sempre beneficiadas, mesmo que apresentem instalações em pior estado e percentagem de docentes qualificados.

No âmbito do tema da educação é necessária a promoção de um espaço de debate que congregue os diferentes sistemas de ensino de forma a discutir diferentes aspectos sobre as políticas de educação e permitir a troca de experiências e perspectivas entre os militantes envolvidos em diferentes associações de estudantes e no processo educativo em geral.

AMBIENTE

A discussão da problemática ambiental no Distrito de Castelo Branco envolve essencialmente duas áreas principais de intervenção:

- A Protecção e Conservação da Natureza;
- A Educação e Sensibilização Ambiental;

No primeiro tópico enquadram-se, inevitavelmente, as áreas protegidas do Distrito: Parque Natural da Serra da Estrela, Parque Natural do Tejo Internacional e Reserva Natural da Malcata. No que toca à protecção, o flagelo dos incêndios florestais no nosso Distrito, que destroem todos os anos uma área significativa de paisagem natural não pode deixar de ser uma temática a desenvolver no próximo mandato da Federação da Juventude Socialista de Castelo Branco. Numa região onde os ecossistemas estão intimamente relacionados com o fogo, principalmente devido às características climáticas, o incremento anual da sua ocorrência é uma realidade cada vez mais evidente e que se torna preocupante.

A Educação e Sensibilização Ambiental, interliga-se inevitavelmente com o primeiro tópico, em termos territoriais. O mundo no qual hoje vivemos deverá ser deixado às gerações futuras em melhores condições de sustentabilidade relativamente ao qual nós vivemos actualmente. A sensibilização ambiental junto dos jovens é deste modo importante para o desenvolvimento de sucessivas gerações ambientalmente consciencializadas. Por outro lado, a água enquanto recurso natural fundamental a diversos níveis do nosso quotidiano deverá merecer por parte da Juventude Socialista uma importante discussão que abranja as formas de gestão deste recurso, seja da sua distribuição em alta seja da sua distribuição em baixa. Tal como a sua crescente utilização também as formas de tratamento da água são uma problemática que ainda hoje subsistem no nosso distrito apesar das diversas directivas europeias. Assim, a Juventude Socialista defende que não há qualquer razão que possa justificar o facto de ainda haver descargas de resíduos industriais ou sólidos urbanos para os diversos cursos de água. As autarquias e a Direcção Geral do Ambiente têm neste âmbito um papel

fundamental na disponibilização de infra-estruturas de tratamento e na fiscalização respectivamente. A exigência de as diversas unidades industriais do nosso distrito cumprirem a legislação no que respeita às emissões de gases deverá ser tida em conta pelas entidades fiscalizadoras destas unidades, para que estas não continuem através da sua actividade a danificar o meio ambiente e a qualidade de vida de uma sociedade.

É sabido que as fontes energéticas de origem fóssil são recursos limitados, e que sujeitos a uma utilização que implicam a sua combustão provocam emissões de gases bastante danificadoras para o meio ambiente. As consequências são conhecidas, salientando-se o aquecimento global e as alterações climáticas daí resultantes. Deste modo, é fundamental que a Juventude Socialista, enquanto organização de esquerda progressista, incentive os jovens a um conjunto de boas práticas ambientais, das quais se destaca a racionalização energética nas actividades do nosso quotidiano.

A Juventude Socialista deverá organizar actividades ao ar livre a realizar em pelo menos uma área protegida do distrito, que incluam, como exemplo, percursos pedestres de descoberta, raids fotográficos e uma acção de limpeza de matas e reconhecimento de aceiros/caminhos utilizados no combate aos incêndios florestais. No que respeita à sensibilização ambiental, a Juventude Socialista deverá organizar actividades que permitam o esclarecimento de questões como a gestão da água ou a racionalização energética.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O ordenamento do território e o urbanismo prosseguem objectivos específicos, adequados à realidade territorial subjacente. No caso do distrito de Castelo Branco, dever-se-á promover:

1. a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, no respeito pelos valores culturais, ambientais e paisagísticos;
2. a criação de oportunidades diversificadas de emprego como meio para a fixação de populações;
3. a preservação e defesa dos solos;
4. a adequação dos níveis de densificação urbana;
5. a rentabilização das infra-estruturas;

6. a reabilitação e revitalização dos centros históricos e dos elementos do património cultural classificados e a recuperação de áreas degradadas.

Neste contexto, cabe à Juventude Socialista o papel de alertar as entidades locais para determinados problemas específicos da região, propondo-se a realização de actividades de reconhecimento, com divulgação social, como a realização de viagens de transportes públicos entre os principais aglomerados urbanos, provando-se publicamente a inadequação dos mesmos a um território que se quer coeso, de forma a facilitar os objectivos específicos da política de ordenamento do território.

Pretendendo-se que a Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista seja uma verdadeira Academia Política, propõe-se a realização de um Fórum Autárquico, de dimensão regional, com a presença de autarcas, membros do Governo que tutelem a área e aberto ao próprio Partido Socialista, Fórum este onde se debata a melhor e correcta forma de seguir políticas adequadas às reais necessidades da região. Com a nova Lei de Finanças Locais, com o fim anunciado da era do “betão” sem estratégia, esta será a melhor altura para formar futuros e presentes actores da definição de políticas de Ordenamento do Território.

INTERIORIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista deve ter como um dos principais enfoques da sua acção política o combate às assimetrias regionais, não só por esta ser a única forma de assegurar aos jovens que representamos boas perspectivas de futuro, como também por um crescimento e desenvolvimento equilibrados serem imprescindíveis para qualquer projecto social de esquerda.

O nosso distrito tem cerca de 200 000 habitantes, dos quais mais de 130 000 estão no eixo Castelo Branco – Covilhã. No entanto não se pode considerar apenas o nosso distrito nesta perspectiva, uma vez que existe uma grande ligação à zona sul do distrito da Guarda, sendo considerável a importância do eixo Castelo Branco – Covilhã – Guarda, como eixo urbano da zona interior centro (com cerca de 150 000 habitantes, apenas nestes três concelhos).

Qualquer projecto de desenvolvimento equilibrado no nosso país não pode esquecer as potencialidade e necessidades deste eixo, nem descurar a necessidade de

uma solidariedade inter-regional que possibilite a coesão do nosso país, sendo obviamente necessário um maior investimento (proporcionalmente) nas regiões interiores e menos desenvolvidas. Neste espírito há duas áreas fundamentais em que a Federação Distrital da Juventude Socialista se deve concentrar:

Serviços Públicos e Transportes

Numa perspectiva de desenvolvimento harmonioso, com uma preocupação pelo apoio às zonas menos desenvolvidas, o Estado assume um papel fundamental. É ao Estado que cabe garantir uma política activa de apoio mais afincado às zonas do interior como é o nosso distrito.

No que toca às acessibilidades, a A23 promovida pelo PS foi uma grande conquista para o distrito, mas a Juventude Socialista deverá manter a pressão, quer para a sua manutenção gratuita, como no apoio a transportes rodoviários que mais eficientemente unam o nosso distrito. A Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista deverá ter em conta que as zonas periféricas do distrito ainda têm carências importantes a nível de infra-estruturas rodoviárias que têm de ser supridas. É ainda importante pressionar para uma maior aposta por parte das autoridades públicas na Linha da Beira Baixa e na qualidade e quantidade do serviço ferroviário no distrito. A introdução de uma autoridade intermunicipal que permita reger as diversas formas de transporte público do nosso distrito será um desafio para a Juventude Socialista. Dever-se-á simultaneamente caminhar para a introdução de formas de incentivo à utilização dos transportes públicos no nosso distrito, dado que actualmente o Cartão Jovem não permite descontos na maioria das deslocações.

No que respeita aos serviços públicos, é necessário que a Juventude Socialista deixe clara a sua posição - o apoio às políticas de modernização e de racionalização dos serviços públicos não devem ofuscar o nosso claro empenho enquanto beirões e enquanto socialistas de que é necessário ter uma política activa de discriminação positiva em relação às zonas interiores, como é o caso do nosso distrito.

Se a nossa posição é claramente favorável em relação à reorganização em curso na educação (uma vez asseguradas as condições de transporte para todos), as nossas reservas em relação às políticas na área da saúde devem ser tornadas claras. No entanto estas reservas não são as reservas típicas e destrutivas da oposição, as nossas reservas e

críticas têm a obrigação de serem responsáveis e construtivas. Temos de saber dizer que não faz sentido querer fixar mais gente, e principalmente mais jovens, no eixo Castelo Branco – Covilhã – Guarda, e ao mesmo tempo fechar maternidades em alguma destas cidades. Mas temos também de reconhecer que a criação de um centro hospitalar da beira interior em que o número de valências não é diminuído, mas o seu posicionamento geográfico é repensado, pode trazer muitas vantagens em termos de qualidade dos serviços e de possibilidade da criação de massa crítica para que existam valências hospitalares do melhor nível nacional na zona da Beira Interior. Assim, é fundamental que a JS, numa postura crítica, mas séria procure reunir quer com os deputados que nos representam, quer com representantes dos ministérios para tentar fazer entender a nossa posição e perceber a posição do governo. Somos Socialistas e como tal não acreditamos que as nossas aspirações sejam absolutamente irrelevantes para os nossos camaradas que estão no partido e no governo.

Desenvolvimento Regional e Regionalização

Numa perspectiva de desenvolvimento harmonioso e de coesão territorial não nos podemos nunca esquecer da necessidade de aproximar a decisão, quer política quer técnica, das populações.

A discussão sobre a regionalização anuncia-se apenas para a próxima legislatura, mas isso não deve fazer-nos pensar que este não é o tempo de discutir a regionalização, ou as restantes políticas de aproximação política e de racionalização da sua acção. É exactamente neste momento de pré-debate que faz sentido reflectir-se sobre se os modelos que nos são apresentados são os mais adequados, quer do ponto de vista do modelo de regionalização, quer do ponto de vista das regiões a criar, nomeadamente a que nos diz respeito.

O modelo de regionalização, qualquer que ele seja, também não pode ser encarado como uma panaceia para todos os problemas da interioridade, os problemas da descentralização das decisões, quer passem ou não a ser da competência de regiões mais próximas dos cidadãos, continuam a ser uma das matérias que devem ser motivo de debate. O Estado centralizado que hoje temos em Portugal apenas nos tem demonstrado o que não deve ser a acção de um Estado, ou seja, um Estado afastado fisicamente e na acção relativamente às populações. A eficiência que se poderá obter com um Estado

próximo dos problemas e anseios das populações será certamente do interesse de todos, desde a aldeia remota, até à gestão macroeconómica do orçamento do Estado. A Juventude Socialista deverá assim intervir por forma a defender a implementação de um modelo administrativo que permita descentralizar as competências do Estado.

A Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista deve assumir como um dos seus grandes objectivos no próximo mandato federativo, por todas as razões apontadas acima, uma grande discussão interna sobre esta temática. Esta discussão interna não deve ser apenas um estímulo político e intelectual para os jovens socialistas mas, principalmente um passo prévio para uma discussão entre a JS os jovens do distrito, o PS e o Governo, discussão essa que é da responsabilidade da JS promover e liderar, enquanto organização política de juventude que representa aqueles que serão os Beirões deste século e aqueles a quem as alterações políticas e administrativas a fazer mais afectarão.

EUROPA E RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS

A vontade de introduzir relações institucionais com a JSE e de deste modo, iniciar discussão de temas de âmbito transfronteiriço advém da VI Convenção Federativa. O trabalho que se desenvolveu neste período de tempo permite encarar o próximo mandato como fundamental no desenvolvimento destas relações.

A centralidade ibérica do distrito de Castelo Branco não nos permite ficar de fora de um tema que tanto interessa a este distrito como à Región Autónoma de Extremadura. A Juventude Socialista da Federação Distrital de Castelo Branco, enquanto organização política de juventude inserida numa região com uma importante zona raiana entende a importância da realização de uma actividade que promova a cooperação inter-raiana. Esta actividade pretende debater entre personalidades de diferentes quadrantes da sociedade portuguesa e espanhola as diferentes formas de ultrapassar alguns problemas crónicos que se registam nesta região, e que poderão ter uma âncora de solução com o aprofundamento das relações transfronteiriças. Esta iniciativa pretende abordar um conjunto de temas chave, como seja, educação e emprego, turismo, desenvolvimento agrícola e gestão dos recursos naturais comuns. A realização desta iniciativa deverá contar com uma participação activa das Juventudes

Socialistas de Extremadura, levando-se assim a cooperação ibérica também para o plano das organizações partidárias de juventude.

O segundo semestre do ano de 2007 é nitidamente marcado na actualidade política pela presidência portuguesa. A União Europeia deve ser baseada em princípios e valores comuns, respeitando-se a multiculturalidade das suas sociedades, o desenvolvimento sustentado, a dignidade humana, a solidariedade, a igualdade, a liberdade e a democracia. Assumindo-se a Juventude Socialista como uma organização defensora do projecto europeu, deve-se introduzir na Federação de Castelo Branco uma importante discussão sobre o futuro da Europa, e o seu papel na definição do nosso dia-a-dia. A distância que nos separa das instâncias europeias fá-las mais distantes do que na realidade são. Assim, o debate que será promovido deverá abordar questões actuais para o futuro do projecto europeu, procurando-se a presença de elementos preponderantes para a construção do mesmo.

A presidência portuguesa da União Europeia é claramente marcada pela definição do tratado europeu. A Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista considera que se deverá discutir no seu seio este tratado europeu, clarificando-se posteriormente a forma de ratificação, que mais interessa aos órgãos da União Europeia, ao projecto europeu e acima de tudo, aos cidadãos europeus.

POLÍTICAS SOCIAIS

A Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista, enquanto organização política de juventude da esquerda democrática, deve manifestar uma visão política abrangente da sociedade e, assim, captar as suas tendências com o objectivo de contribuir para o debate público.

Neste contexto, a JS deve constituir-se como defensora e promotora da tolerância, da solidariedade, da igualdade, da justiça e da liberdade.

Igualdade

A Igualdade, tal como a Liberdade e a Fraternidade, é um dos ideais mais importantes da esquerda e do socialismo democrático que representamos. Este é,

portanto, um conceito caro à Juventude Socialista, que deve apresentar uma postura de defesa das políticas anti-discriminação – quer entre géneros, classes, confissões religiosas, etnias, ou orientações sexuais. No entanto, a Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista não deve assumir um papel apenas reactivo, defendendo estas políticas. Queremos uma Federação Distrital pró-activa que promova o debate, a troca de ideias, e que possa, a pouco e pouco, mudar mentalidades.

Igualdade de géneros

Apesar dos avanços já alcançados em matéria de Igualdade de Géneros, há ainda um longo caminho a percorrer.

O século XXI apresenta novos desafios nesta área. É imprescindível o reforço do sistema democrático, que só é possível com a igualdade de direito e de facto entre mulheres e homens em todas as esferas da vida.

A Federação Distrital da Juventude Socialista deve, portanto, pautar a sua acção tendo em vista uma efectiva promoção da igualdade e da cidadania plena entre mulheres e homens. Pensamos que isto só pode ser conseguido através da mudança de atitudes, mentalidades e práticas, o que, por sua vez, implica uma educação para a cidadania.

Por isso, a Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista deve assumir uma postura de diálogo, promovendo discussões públicas, designadamente entre o departamento das Mulheres Socialistas, entidades sindicais e patronais ou outras que possam enriquecer o debate e, assim, contribuir para uma sociedade mais justa, esclarecida e igualitária.

Também por isso defendemos que dando o exemplo a Federação Distrital da Juventude Socialista deve tentar no máximo das suas possibilidades maximizar a participação das mulheres militantes na actividade política e nos órgãos da estrutura.

Integração

O conceito de Integração interage de maneira muito próxima com o de Igualdade. Com efeito, assistimos por todo o distrito à chegada de imigrantes provenientes de diversos países e culturas e, se por um lado, o papel do Estado enquanto garante social da sua integração é inelutável, por outro, a sua aceitação por parte das

populações é indispensável. Acreditamos que a melhor integração é proporcionada pela compreensão das culturas e costumes dos imigrantes.

Assim, a Federação Distrital da Juventude Socialista deve defender uma política de integração mais justa, solidária e efectiva, que evite a criação de “guetos” sociais, e enriqueça culturalmente a população do distrito.

Minorias sexuais (LGBT)

A igualdade de todos os cidadãos perante a lei faz parte do património ideológico da esquerda e é uma exigência de cidadania. Não achamos admissível que no século XXI existam cidadãos de primeira e de segunda categoria. Como tal, e na sequência da alteração constitucional promovida pela Juventude Socialista que consagrou a não discriminação com base na orientação sexual, devemos continuar a bater-nos por uma verdadeira igualdade de todos perante a lei.

A adopção de medidas anti-discriminação, seja esta qual for, é fundamental para defender os cidadãos e criar uma sociedade mais tolerante e, só assim, mais livre. Assim, a Federação Distrital da Juventude Socialista deve bater-se junto do PS para uma discussão sobre estas matérias, devendo também liderar o combate social pela mudança de mentalidades, fomentando os valores de respeito, igualdade e justiça social conquistados na revolução de Abril.

No seguimento desta posição, uma das últimas batalhas pelos direitos cívicos que falta travar no mundo ocidental é a batalha pelos direitos das minorias sexuais. A orientação sexual é uma característica intrínseca de cada um, que deve ser respeitada e aceite. A JS deve liderar a luta pela tolerância e não discriminação que, estamos certos, culminará numa igualdade efectiva de todos os cidadãos e numa sociedade mais justa, tolerante e solidária.

A realidade distrital, caracterizada por meios mais pequenos onde existe maior facilidade de se ser reconhecido e discriminado impõe à JS a responsabilidade de um trabalho acrescido na luta pelo reconhecimento de direitos aos homossexuais e no combate à discriminação para que as populações (e particularmente os jovens) dessas minorias possam desenvolver vidas respeitadas e felizes.

Achamos que este objectivo passa necessariamente por uma tentativa de aproximação às organizações de defesa dos direitos das minorias sexuais presentes no distrito, criando uma estratégia conjunta adaptada à realidade da região.

Combate ao HIV/SIDA

O combate ao HIV/SIDA faz-se principalmente pela prevenção, aliada ao planeamento familiar e à saúde sexual e reprodutiva. Nessas matérias a JS tem estado sempre na vanguarda, e devemos assumir como força para que os nossos concidadãos jovens possam ser suficientemente informados para evitarem estes perigos.

A JS deve encetar acções de sensibilização, principalmente junto dos públicos mais jovens e nas escolas, de forma não só a mostrar que continua na vanguarda como a desempenhar o seu papel social de auxílio à população que representamos.

Devemos ainda continuar a bater-nos junto dos que nos representam para a implementação de uma verdadeira educação sexual nas escolas, bem como de um acompanhamento eficaz da população jovem por parte do serviço nacional de saúde.

Prevenção da Toxicodependência

Nos dias de hoje a toxicodependência, juntamente com todos os problemas sociais e de criminalidade que lhe estão associados representam um flagelo da nossa sociedade. As respostas tradicionais estão neste momento gastas e têm-se provado ineficazes.

Assim, é importante perceber o que se pode fazer de novo para combater este problema social. A Federação de Castelo Branco da Juventude Socialista deve-se empenhar em primeiro lugar num esforço de informação e de contacto com as populações jovens que constituem a maioria dos grupos de risco.

Achamos que esta é a altura de a JS, num debate sério sobre a questão, procurar informar-se e informar o PS da realidade específica do nosso distrito nesta matéria. Devemos tentar levar a cabo acções conjuntas com o IDT, as delegações regionais de saúde e os CAT's numa tentativa séria de levar as análises destes organismos junto do partido socialista.

Legalização das drogas leves

Defendemos um debate sério e informado com o PS que possibilite à Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista a criação de uma estratégia integrada entre a prevenção da Toxicodependência e a legalização das chamadas drogas leves.

Achamos que só a legalização das drogas leves pode levar à separação dos mercados de drogas leves e drogas duras que permite um melhor combate a estas últimas. Por outro lado, o combate às economias da droga e o próprio combate ao tráfico e a toda a criminalidade organizada que lhe está associada seria mais eficiente.

Por último, cremos que todos os mecanismos de prevenção teriam maior eficácia, uma vez que os consumidores deixariam de estar na clandestinidade.

Assim, somos veementemente a favor da legalização das drogas leves como política de saúde pública, combate ao tráfico de droga, impedimento do contacto dos consumidores de drogas leves com as drogas duras e transparência na sociedade.

UMA FEDERAÇÃO ACTIVA

Uma Federação activa deverá ser um dos objectivos pelo qual será marcada a forma de intervenção política. Assim, dever-se-á criar os mecanismos que permitam que a Federação de Castelo Branco da Juventude Socialista tenha uma relação próxima com os militantes, apresentando uma elevada capacidade de mobilização que lhe deverá estar associada.

A Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista enquanto organização de jovens do século XXI não pode estar afastado do mundo de informação global que é a Internet. Assim, dever-se-á criar uma página de Internet funcional que permita fornecer um conjunto de informações sobre a estrutura. Simultaneamente, dever-se-ão aproveitar as facilidades que a comunicação com os militantes através de correio electrónico permite, assimilando-se neste sentido a necessária base de dados.

O distrito de Castelo Branco pela sua diversidade ao nível de resultados eleitorais e densidade populacional, não tem permitido que a Juventude Socialista apresente estruturas activas em todas as concelhas. Inverter esta realidade é um dos objectivos a conseguir, e no qual será utilizado todo o empenho e dedicação necessário.

A Federação de Castelo Branco enquanto estrutura congregadora das concelhas do distrito deverá otimizar a comunicação com estas. Assim, para além das Comissões Políticas dever-se-á implementar um conjunto de reuniões periódicas com as concelhas que permitam assimilar o trabalho desenvolvido pelo secretariado da Federação com as vontades e disponibilidades das diferentes concelhas. Por outro lado, estas reuniões deverão ter o intuito de discutir temáticas de âmbito distrital e nacional sobre o qual a Juventude Socialista deverá ter uma opinião formada.

A Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista, enquanto estrutura de âmbito distrital deverá fortalecer as relações com as restantes estruturas federativas e concelhas, fazendo-se representar de uma forma activa nos diversos órgãos e fóruns de discussão.

A Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialistas marcará a sua intervenção e as suas actividades segundo um plano de actividades a ser aprovado na Comissão Política Distrital. Será a partir deste documento que as diferentes actividades correspondentes aos princípios constantes nesta moção serão formalizadas, assumindo-

se simultaneamente um compromisso sério com o órgão federativo máximo entre convenções.

A representação junto da Federação Distrital do Partido Socialista deverá ter uma voz activa, levando a voz dos jovens junto dos principais decisores políticos a nível distrital. Da mesma forma, a Federação Distrital da Juventude Socialista procurará com os autarcas, deputados e governantes do Partido Socialista, ter uma relação construtiva de discussão de políticas e debate de propostas que visem o desenvolvimento deste distrito. A Federação Distrital da Juventude Socialista procurará ser deste modo, uma voz responsável junto do Partido Socialista. A participação activa dos jovens socialistas nas diferentes estruturas concelhias deverá merecer por parte dos Partido Socialista uma resposta que vá de encontro ao nível de intervenção destes jovens, levando a que se possa integrar estes jovens nas listas do Partido Socialista.

UMA FEDERAÇÃO QUE APOSTA NA FORMAÇÃO

A Juventude Socialista deverá ser um importante foco de intervenção política que permita marcar a agenda política a nível distrital. A consequência desta intervenção só se poderá medir pela qualidade e sustentabilidade das propostas da Juventude Socialista a nível distrital e concelhio. Por outro lado, a diversidade de áreas subjacentes à intervenção da Juventude Socialista, tem como consequência directa o facto de se ter de apostar na formação dos militantes. Assume-se deste modo, como um dos principais objectivos a vontade de a Juventude Socialista se tornar numa verdadeira academia de formação política.

A discussão de temas da actualidade política distrital e nacional em órgãos federativos é um instrumento que a Juventude Socialista tem ao seu alcance. No sentido de se enriquecer o debate dever-se-ão convidar pessoas conhecedoras do tema a debater. Deste modo, os camaradas pertencentes à Comissão Política Distrital terão um conhecimento aprofundado sobre diversos temas da actualidade, que tem como consequência visível uma intervenção mais conhecedora e responsável.

A Juventude Socialista deverá formar os seus militantes de forma a possuírem um conjunto de informação diversificada em diversas áreas, tais como,

- A construção da ideologia socialista, social-democrata e trabalhista;
- Campanhas eleitorais;
- Comunicação e Imagem;

As eleições autárquicas estão previstas para Dezembro de 2009. Assim, cabe a este mandato promover uma formação autárquica que conceda aos militantes formação em áreas como gestão autárquica, planeamento urbano, legislação municipal, e funcionamento dos órgãos autárquicos. A abertura deste evento ao Partido Socialista é fundamental no sentido de trazer ao debate na Juventude Socialista um conjunto de problemáticas actualmente existentes na gestão dos órgãos autárquicos, permitindo que simultaneamente os autarcas do Partido Socialista recebam diversa informação que permita a optimização do seu exercício autárquico.